Artigo Original

Revista ACB /acboficial /acb

Bibliotecas escolares e salas de leitura como dispositivos fundamentais para o processo educacional:
reflexões sobre o cenário brasileiro

School libraries and reading rooms as fundamental devices for the educational process:
reflections on the Brazilian scenario

Las bibliotecas escolares y salas de lectura como dispositivos fundamentales para el proceso educativo:
reflexiones sobre el escenario brasileño

Giovana Deliberali Maimone
Universidade de São Paulo
gdmaimone@usp.br

Nicole Bonassi de Oliveira
Universidade de São Paulo
nicolebonassi@usp.br

Francisco Carlos Paletta
Universidade de São Paulo
fpaletta@usp.br

RESUMO

O objetivo do artigo consiste em analisar como as escolas públicas brasileiras lidam com as bibliotecas e salas de leitura. Pensar nesta temática é fundamental para entender um pouco sobre o desenvolvimento educacional do Brasil, analisando-se espaços que contribuem para a formação de sujeitos críticos, espaços estes que são utilizados por crianças e jovens de escolas públicas. A metodologia de pesquisa é de natureza exploratório-descritiva, recorrendo-se a levantamentos bibliográficos sobre temas que envolvem as escolas públicas brasileiras, além da conceituação de bibliotecas escolares, salas de leitura e comunidade escolar, oferecendo exemplos em contexto brasileiro. Observa-se que as bibliotecas escolares e salas de leitura brasileiras, apesar de enfrentarem grandes problemas estruturais, são capazes de oferecer a democratização da leitura à comunidade escolar. Por outro lado, entende-se que a comunidade escolar deve apropriar-se mais dos espaços de leitura que são de seu direito, assim como deve se informar e exigir melhorias contínuas, para entender o verdadeiro valor destes locais.

Palavras-chave: Escolas públicas; Biblioteca escolar; Comunidade educativa; Desenvolvimento educacional; Democratização da leitura.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze how Brazilian public schools deal with libraries and reading rooms. Thinking about this topic is essential to understand a little about the educational development of Brazil, analyzing spaces that contribute to the formation of critical subjects, spaces that are used by children and young people in public schools. The research methodology is exploratory-descriptive in nature, using bibliographical surveys on topics involving Brazilian public schools, in addition to the conceptualization of school libraries, reading rooms and school community, offering examples in the Brazilian context. It is observed that Brazilian school libraries and reading rooms, despite facing major structural problems, are capable of offering the democratization of reading to the school community. On the other hand, it is understood that the school community should take greater ownership of the reading spaces that are its right, as well as inform itself and demand continuous improvements, in order to understand the true value of these places.

Keywords: *Public schools. School library. Educational community. Educational development. Democratization of reading.*

RESUMEN

El objetivo del artículo es analizar cómo las escuelas públicas brasileñas abordan las bibliotecas y salas de lectura. Reflexionar en este tema es fundamental para comprender un poco el desarrollo educativo de Brasil, analizando espacios que contribuyen a la formación de sujetos críticos, espacios que son utilizados por niños y jóvenes en las escuelas públicas. La metodología de investigación es de carácter exploratorio-descriptivo, utilizando levantamientos bibliográficos sobre temas que involucran a las escuelas públicas brasileñas, además de la conceptualización de bibliotecas escolares, salas de lectura y comunidad escolar, ofreciendo ejemplos en el contexto brasileño. Se observa que las bibliotecas escolares y salas de lectura brasileñas, a pesar de enfrentar grandes problemas estructurales, son capaces de ofrecer la democratización de la lectura a la comunidad escolar. Por otra parte, se entiende que la comunidad escolar debe apropiarse mayormente de los espacios de lectura que son su derecho, así como informarse y exigir mejoras continuas, para comprender el verdadero valor de estos lugares.

Palabras clave: *Escuelas públicas; Biblioteca escolar; Comunidad educativa; Desarrollo educativo; Democratización de la lectura.*

1 INTRODUÇÃO

É comum conceber que a base da formação comportamental da criança é a família, que se estende para a escola, quando ela começa a frequentar tal ambiente. O espaço educacional deve proporcionar uma estrutura receptiva e acolhedora para as crianças que ali passarão parte de seu tempo. O mesmo acolhimento deve ser pensado para professores, diretores, funcionários e familiares, dado que a escola não representa apenas uma extensão do lar, mas sim uma instituição de construção de sujeitos, que também operam através de espaços que propõem transformações intelectuais, como as bibliotecas e as salas de leitura.

No entanto, nem todas as escolas públicas brasileiras sabem lidar com os espaços culturais e informacionais que lhes são entregues, principalmente quando os usos se estendem para toda a comunidade escolar, correndo-se o risco de desvalorização dos equipamentos, uma vez que os grupos externos e internos à escola talvez não possuam conhecimentos para utilizá-los corretamente. Para tanto,

 Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

o objetivo deste artigo consiste em analisar como as escolas públicas brasileiras lidam com as bibliotecas escolares e salas de leitura, questionando se estas são alternativas de projetos e espaços que reúnem a comunidade educativa dentro da escola. Será que o corpo escolar, isto é, a diretoria, professores, alunos, funcionários e outros reconhecem a importância de tais espaços? Ou eles colaboram com o seu desuso? Pensar nesta temática é fundamental para entender um pouco sobre o desenvolvimento educacional do Brasil, analisando se esses espaços que contribuem para a formação de sujeitos críticos são realmente utilizados pelas crianças e jovens de escolas públicas.

Metodologicamente, optou-se pela pesquisa exploratório-descritiva, pois a temática das bibliotecas escolares e salas de leitura é colocada de maneira a ser explorada em termos sociais, levantando e interpretando informações, a partir da coleta de referencial em bases de dados. Recorre-se também aos textos que possuem a indicação de dados nesta linha, como dados expostos em jornais e revistas online compartilhados através dessas mídias. Os textos jornalísticos foram pesquisados através do buscador Google, utilizando-se frases de busca relacionadas à temática da pesquisa, como “notícias sobre bibliotecas escolares no Brasil”, “salas de leitura no Brasil”, “escolas que possuem sala de leitura”, “bibliotecas escolares em escolas públicas” e “uso das bibliotecas escolares e salas de leitura”.

Para cada uma das frases pesquisadas foram recuperados mais de 25 resultados, incluindo artigos científicos, leis, decretos, blogs, artigos de revista e matérias jornalísticas, sendo essas duas últimas pertinentes para esta pesquisa. Foram selecionados os textos cujas fontes de informação são oficiais e reconhecidas nacionalmente por compartilharem informações reais e embasadas em estudos e resultados práticos, como no caso da Secretaria de Educação de São Paulo (2017). Ainda assim, para não estender demasiadamente a discussão, sete artigos compõem o referencial analisado, contribuindo, do mesmo modo, para que o cenário nacional seja compreendido, uma vez que os textos provêm de revistas, sites e jornais que tratam as informações das regiões sudeste, nordeste e centro-oeste.

Do ponto de vista estrutural, este artigo está dividido em três etapas. Na primeira são conceituados alguns tópicos básicos como o que se entende por

 Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

escola, por biblioteca escolar/sala de leitura e comunidade educativa. Posteriormente, são exibidos os dados coletados e analisados pelas buscas de matérias jornalísticas e fontes oficiais de informação, como por exemplo a Secretaria de Educação do Governo do Estado de São Paulo. A partir daí encaminha-se para as considerações finais deste trabalho, elencando análises e conclusões.

Desse modo, compreende-se que a discussão sobre a temática que abarca a escola, a comunidade escolar e as bibliotecas escolares/salas de leitura é de grande importância para entender parte da realidade brasileira, uma vez que muitos dos problemas socioculturais enfrentados no Brasil atualmente poderiam ser solucionados – ou ter sido evitados – com uma educação mais consciente e próxima da população.

A seguir são expostas algumas noções históricas e conceituais acerca dos temas levantados para o trabalho: escola, biblioteca e comunidade educativa. A conceituação e contextualização dos temas e termos faz-se necessária para a construção de uma reflexão crítica, sem que sejam geradas dúvidas quanto aos termos utilizados. Para o caso da diferenciação entre biblioteca escolar e sala de leitura, por exemplo, o estabelecimento de um conceito para cada um desses termos facilita no próprio entendimento da realidade brasileira.

2 A ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA

A princípio, a primeira ideia que aparece na mente das pessoas ao mencionar a palavra escola é a educação, a grande área da qual a escola enriquece e é enriquecida, pois é através dela que a escola contribui para o crescimento dos sujeitos sociais. Contudo, nem sempre foi assim, haja vista que as escolas públicas surgiram atreladas aos ideais políticos e ideológicos europeus, repetindo essas características nas primeiras escolas públicas brasileiras, que começam a ser inauguradas em um contexto de escolarização em massa, no fim do século XIX (Pereira; Felipe; França, 2012).

Antes da implementação das escolas públicas e da noção de que todo cidadão deve ter o direito de estudar, o acesso às escolas era delimitado aos sujeitos da elite, que se tornariam mais cultos e importantes que os demais homens

 Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

da sociedade, utilizando o seu conhecimento para nortear as decisões da população, atuando sempre como líderes (Rodrigues, 2019).

Porém, as transformações desencadeadas pela Revolução Industrial esclareciam que o conhecimento para lidar com as máquinas e outros equipamentos industriais era fundamental aos trabalhadores deste ramo, mudando a concepção de educação, antes associada ao intelectual, agora ligada ao meio laboral. Ambas as percepções sobre a educação foram decisivas para o desenvolvimento das escolas (Rodrigues, 2019), que possuíam modelos de ensino responsáveis por entregar à sociedade o sujeito por ela almejado, seja um intelectual ou um trabalhador braçal.

No Brasil do final do século XIX a essência da Revolução Industrial permanecia, dado que as escolas públicas foram instaladas pensando-se na escolarização em massa, isto é, uma escola que abrangia quase todas as crianças, pautando-se nos ideais da "[...] obrigação escolar, a responsabilidade estatal pelo ensino público, a secularização do ensino e da moral, a nação e a pátria como princípios norteadores da cultura escolar [...]" (Pereira; Felipe; França, 2012, p. 243-244), que, ainda assim, garantia ao mercado de trabalho a mão de obra necessária para manter o funcionamento da sociedade.

Inaugurada sob tal contextualização, as escolas públicas passaram a ser vistas como essenciais para o desenvolvimento das sociedades urbanas, mesmo que o governo garantisse o estudo somente até a quarta série (Lourenço Filho et al., 1945) do que se chama hoje de Ensino Fundamental I, a educação básica. Nesta linha, disciplinas básicas, como Geografia, Escrita, História e outras que se relacionavam com condutas de comportamento do estudante eram ensinadas, objetivando-se uma educação homogênea e pasteurizada para a massa de alunos (Petitat, 1994 *apud* Pereira; Felipe; França, 2012).

Por querer fazer a diferença na vida das crianças e dos futuros trabalhadores e profissionais do Brasil, por volta da década de 1920 reivindicações por um novo modelo de ensino e escola foram iniciadas, tendo como um dos nomes nesta luta o próprio Anísio Teixeira, cuja índole abarca a ideia de que "a educação é um direito e a democracia não tolera privilégios" (Magoga; Muraro, 2020, p. 3), iniciando as lutas que mudariam os rumos da educação brasileira.

 Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

De maneira sintética, Anísio Teixeira e o grupo de intelectuais que compactuavam com suas ideias desejavam "[...] analisar os aspectos filosóficos e sociais da educação, para além dos aspectos técnicos e metodológicos [...], queriam senão mostrar que a educação era também uma ciência que precisava ser desenvolvida como as outras" (Magoga; Muraro, 2020, p. 6). Essa visão também corresponde aos modelos de sociedade que ocorriam na época, porém, dessa vez, com um olhar voltado para mudanças particulares do indivíduo, que não só agregassem melhorias ao país, mas para o sujeito social.

Mudar os paradigmas da velha educação, ou da velha escola pública, era a pauta do grupo que lutava na década de 1920, escolhendo, para tanto, a metodologia de ensinar por meio da experiência (Magoga; Muraro, 2020), sem que processos massificadores formassem o intelecto de metade da população, garantindo assim uma diversidade de olhares e opiniões que poderiam confrontar os estigmas estipulados pelas classes altas, sempre no poder.

É difícil dizer se o projeto foi integralmente bem-sucedido, mas sabe-se que a busca por uma educação pública de qualidade ganhou apoiadores e gerou bons frutos, como a criação do Ministério da Educação, por volta do final dos anos 1930, e o desenvolvimento do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), em 1937, órgãos que se comprometeram com os avanços educacionais no Brasil.

De acordo com as informações retiradas da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Lourenço Filho, et al., 1945), a população do Estado de São Paulo, em 1944, era de 7.832.501 habitantes, sendo 1.524.890 na capital e 6.307.611 no interior. Desses valores, 11,46% e 9,20%, da capital e interior, respectivamente, são as porcentagens que indicam a quantidade de crianças entre oito e 11 anos matriculadas em escolas públicas. Essa informação, para a época, comprovava que a insistência no ensino público poderia transformar a relação da população com a escola e a sociedade, pois quanto maior o número de crianças matriculadas, maior também seriam possíveis reflexões e mudanças por elas entregues à comunidade.

Porém, a visão sobre o alcance das escolas públicas na atualidade remete a um pensamento de desamparo das autoridades, porque desde o surgimento das escolas e da educação pública houve a convicção de que elas existiriam para melhorar a sociedade. O que vem acontecendo é que, por conta de interesses

 Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

políticos e ideológicos, novamente, a educação das escolas se torna míngua, sendo que o conteúdo é passado apenas para que os alunos passem de ano, se formem e ocupem cargos de submissão, inibindo os seus potenciais criativos. Portanto, acredita-se que as pedagogias que surgiram da esperança lançada há tempos por Anísio Teixeira, podem e devem ser retomadas no século XXI, para que as crianças possam aprender com as suas próprias experiências e fazer reflexões críticas sobre a sociedade em que vivem, usufruindo da escola pública e das bibliotecas escolares.

2.1 Bibliotecas escolares e salas de leitura no Brasil

A partir da compreensão de que a escola pública é um espaço de formação social e esfera participativa das expressões culturais de uma sociedade, entende-se que outros espaços que atuam dentro da instituição escolar também são capazes de educar de forma mais acessível e conjunta, associando as necessidades particulares de cada sujeito com os direitos e deveres sociais. As bibliotecas escolares e as salas de leitura são exemplos de tais espaços, mesmo que os seus conceitos e utilizações gerem dúvidas e discussões. Para isso, são expostas a seguir algumas concepções acerca de suas funcionalidades.

Inserir uma biblioteca na escola parte da ideia de que o dispositivo cultural e informacional é capaz de transmitir conhecimentos (Perrotti; Verdini, 2008). Além disso, têm-se também as adaptações para as necessidades pedagógicas, alinhando-se à aquisição de conhecimentos gerais e à formação escolar, realizada através da leitura. Os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são incentivadores da utilização do espaço, pois entendem que as linguagens textuais são mais bem exploradas quando as crianças e jovens estão em contato com a biblioteca, fazendo circular a vontade natural pela leitura (Campello, 2017).

Desse modo, “a biblioteca, ao reunir para uso coletivo e de forma orgânica uma diversificada gama de portadores de textos, representa recurso imprescindível para a formação de leitores capazes de, além de decifrar o código linguístico, saber interpretar o que lêem [...]” (Campello, 2017, p. 17), modificando a leitura mecânica que seria feita em sala de aula apenas, para uma atividade avaliativa em uma experiência de compreensão, em que os sujeitos possam, de alguma maneira, se identificar com a narrativa contada. Contudo, ressalta-se que a biblioteca escolar

 Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

deve ser vista como um espaço para além da extensão da sala de aula, uma vez que a sua função é ampliar o debate sobre temáticas já apresentadas em classe, gerando problematizações e conscientização sobre os assuntos, mas também apresentando novos olhares, estimulando o surgimento de sujeitos críticos.

Assim sendo, alguns aspectos gerais que caracterizam as bibliotecas escolares, que expressam sua força, são os próprios serviços biblioteconômicos, como o "[...] serviço de consulta; serviço de alerta; serviço de formação e orientação aos usuários; serviço de informação e referência; serviço de apoio ao ensino disciplinar; serviço de apoio à pesquisa escolar; serviço de mural; serviço de ouvidoria [...]" (Miranda; Braga; Cavalcanti, 2022, p. 7), entre outros, que auxiliam na busca corrente pelo conhecimento, desejo este que deve ser desenvolvido pelas crianças e jovens, para que hábitos, como o da leitura, sejam criados e resultados intelectuais surjam.

Ainda nesta linha de raciocínio, outros três elementos exemplificam o ideal de biblioteca escolar, que não são tão comumente encontrados nas escolas públicas brasileiras, e se executados, podem fazer a diferença na formação de sujeitos críticos. Tais elementos são:

> "[...] uma coleção de livros, e outros materiais, bem selecionada e atualizada; um ambiente físico concebido como espaço de comunicação e não apenas de informação, que leve em conta a corporalidade da leitura da criança e do adolescente, isto é, os seus modos de ler; e por último, mas não menos importante no processo de promoção da leitura, a figura do mediador (Carvalho, 2017, p. 23)."

O mediador e o entendimento sobre o perfil do usuário são passos essenciais para a construção de uma biblioteca escolar qualificada, ainda mais quando se trata de bibliotecas de escolas públicas, em que há uma variedade social, cultural e econômica muito grande, exigindo que o espaço educacional esteja preparado para receber os mais diversos públicos. Um adequado estudo de usuários — uma prática da gestão biblioteconômica, também já mencionada — ajudaria neste processo.

Com relação ao mediador, este indivíduo se mostra como uma figura-chave para a diferenciação entre as bibliotecas escolares e salas de leitura, dado que a presença de um bibliotecário não é necessária em uma sala de leitura, diferente do

 Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

que ocorre nas bibliotecas escolares (Miranda; Braga; Cavalcanti, 2022). Porém, de qualquer maneira, espera-se que o mediador designado para guiar uma biblioteca escolar seja capaz de dialogar com o seu público, possibilitando uma interação positiva entre o espaço, a vivência de cada estudante e o conhecimento.

As salas de leitura, por sua vez, podem, inclusive, estar presentes dentro das bibliotecas, como representativas de pequenos espaços em que livros e mesas são dispostos, organizados para que as pessoas possam ler e estudar. No entanto, como as bibliotecas se mostram como espaços emancipatórios e capazes de gerar conhecimento, seguindo na contramão das ideologias de ensino atuais, estas passaram a ser substituídas pelas salas de leitura, uma vertente que não estimula tanto o potencial questionador dos jovens e crianças, se parecendo mais com extensões das salas de aula já defasadas, e não contribuindo tanto para a formação de sujeitos críticos. De acordo com De Pietri e De Santana (2020, p. 15), "[...] atualmente, as atividades das Salas de Leitura fazem parte da grade curricular de todos os alunos do Ensino Fundamental I e II. Cada turma tem, semanalmente, uma aula regular de 45 minutos, com o apoio do Professor Orientador da Sala de Leitura (POSL) [...]." cujos objetivos se pautam numa construção escrita mais emancipatória e associada ao currículo escolar.

As salas de leitura, que podem ser montadas em qualquer espaço e sob a tutela de um professor readaptado (Miranda; Braga; Cavalcanti, 2022), contribuem com a entrega de livros para os alunos sem que haja um plano de leitura, mesmo que tal ação seja executada sob a promessa de uma melhoria nos índices de leitura nacional (Feitosa, 2019). Salienta-se, porém, que não está sendo feita uma crítica à concepção da ideia de sala de leitura, criada pelo projeto de 1972 (De Pietri; De Santana, 2020), mas sim à maneira como está sendo utilizada, principalmente na escola pública.

Observa-se que há um grande potencial de utilização das salas de leitura, haja vista que essas podem alcançar potenciais próximos aos das bibliotecas escolares, mas com limites nos processos de gestão documental, uma vez que o bibliotecário não necessita estar presente, além da mediação necessária com os usuários. Alguns pesquisadores costumam, inclusive, utilizar os termos biblioteca

 Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

escolar e sala de leitura como sinônimos (Feitosa, 2019), mesmo que haja diferenças na prática.

Para tanto, enxerga-se a sala de leitura como uma alternativa da biblioteca escolar, sendo ambas candidatas que devem melhorar o desempenho da melhoria das escolas e da educação pública. Uma cooperação mútua entre estes dispositivos deve ocorrer para que as crianças e jovens transformem-se em sujeitos de ação bem amparados pela educação.

2.2 Comunidade educativa

Observa-se que a escola e as atividades internas passaram por diversas transformações ao longo do tempo, começando pelo objetivo inicial de tornar indivíduos em intelectuais, passando pela escolarização em massa e chegando ao ensino com intuito emancipador, que atualmente não vem sendo aplicado nas escolas públicas brasileiras, devido ao modelo de ensino que visa apenas uma capacitação para o mercado de trabalho.

Junto com essas mudanças houve uma diferenciação na noção do contexto educacional, porém não só no que tange à grade curricular e escolha de disciplinas, mas na relação de pessoas que estão envolvidas com o grupo escolar. Inicialmente, quando se pensa na escola, a imagem do aluno e a do professor são as primeiras que aparecem, pois há um enraizamento destas figuras, desassociando os outros membros da escola com o seu espaço, como os pais dos alunos, diretores, funcionários e vizinhos da instituição. Contudo, com os avanços das discussões sobre democratização, união, projetos e autonomia da comunidade com a escola (Alves; Varela, 2012), os olhares se voltaram para o conceito de comunidade, em específico a comunidade educativa, um conjunto de pessoas que se reúnem e se relacionam em torno dos valores educacionais (Varela, 2012), acendendo os debates sobre o tema. Desse modo,

> "[...] o primeiro passo para a construção de uma relação entre a escola e a comunidade consiste na identificação de um propósito partilhado sobre funções e um conjunto de valores que a escola deve assumir e sobre o que é importante ensinar e aprender [...] (Branco et al., 2007 apud Varela 2012, p. 18)."

 Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

As atividades escolares devem estar inseridas na sociedade, sendo compatíveis com as vivências que ocorrem ao seu redor, para que a comunidade tenha conhecimento do que se passa na escola e possa assim ajudar.

A busca por uma comunidade educativa reflete as transformações ocorridas na escola e na educação nas últimas décadas, pois movimentos como os ocorridos na década de 1960 – a exemplo de Maio de 1968–, e os ideais de uma escola democrática, colocados por John Dewey, também no final do século XX (Correia; Cosme, 2011), já almejavam o estreitamento de relações entre os grupos. Com a participação da comunidade na escola as escolhas se tornam mais amigáveis e compatíveis com as possibilidades de cada família.

No entanto, há controvérsia no que diz respeito ao termo comunidade educativa, pois existem pesquisadores (Bento, 2000; Branco et al., 2007; Formosinho, 1999) que defendem que há uma comunidade escolar, aquela que envolve apenas as pessoas e relações bem próximas da escola, como os alunos, professores e pais, mas que há também a chamada comunidade educativa, sendo que esta engloba toda a comunidade, mesmo aqueles que não possuem uma relação direta com a escola. Para este artigo, consideram-se os dois termos como sinônimos, agregando a ambos o potencial de alcance da educação para toda a comunidade. Conforme afirma Varela (2012, p. 20-21)

> [...] a comunidade educativa surge associada a dois âmbitos, um corresponde ao conjunto do pessoal docente e não docente de uma escola e aos seus alunos e encarregados de educação e respectivas associações. O outro, mais alargado compreendendo igualmente, os representantes dos municípios e das organizações e associações que desenvolvem atividades no âmbito social, econômico, cultural e científico [...].

Para tanto, a Lei n° 30/2002 institui que a comunidade educativa é formada por todos os alunos do ensino não superior, professores e responsáveis por alunos e serviços de educação que dialogam com as responsabilidades educacionais da sociedade, dando ênfase as turmas escolares dos ensinos fundamental I e II. Há também uma lei que prevê a participação coletiva da sociedade nas escolas, dado que a sua contribuição na formação de sujeitos críticos é fundamental, já que há o compartilhamento de experiências entre os membros da comunidade.

 Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

Chaui (2016, p. 251) questiona se "quando, portanto, aceitamos os termos da lei segundo a qual a escola recebe e presta serviço à comunidade, não estaremos confundindo o bairro, a vila, a periferia, isto é, os agrupamentos, com a comunidade?". Após a discussão levantada acima, é possível entender que, através do conceito de comunidade educativa, a escola, os bairros, a periferia e a comunidade são semelhantes, pois, juntos, apesar de suas particularidades, dividem a mesma dinâmica de crescimento, que sempre deve se pautar em um projeto promovido pela escola. Assim

> [...] a escola não pode mais ser entendida como uma organização social isolada, a qual se valida justifica internamente. A escola deve ser encarada como uma organização social que se insere numa determinada comunidade, a qual tem de ser tida em conta na enunciação dos seus objetivos e perante a qual tem de se responsabilizar em termos de resultados. Assim, uma perspectiva atomística da educação é substituída por uma perspectiva sistémica, considerando-se a escola como um sistema aberto [...] (Branco et al., 2007, p. 263 apud Alves; Varela, 2012, p. 38).

Logo, retoma-se uma das perguntas iniciais: seriam as salas de leitura e as bibliotecas escolares alternativas de projetos e espaços que reúnem a comunidade educativa dentro da escola? Afinal, são necessários espaços que visem a comunicação, a troca de ideias e a criatividade para tais processos, funcionando também como um complemento da sala de aula. Essa questão será mais bem explicada a seguir, com a apresentação de estatísticas e reportagens que exibem a relação da sociedade com as bibliotecas escolares e salas de leitura nas escolas públicas brasileiras.

3 ESCOLAS PÚBLICAS, BIBLIOTECAS ESCOLARES E SALAS DE LEITURA: DADOS DA REALIDADE

Foi realizada a coleta de dados após a leitura de diversas reportagens que se encontram em jornais digitais brasileiros, trazendo dados relacionados com a usabilidade das bibliotecas escolares e salas de leitura nas escolas públicas. As reportagens usadas como base foram recuperadas da internet através de frases direcionadas, como “notícias sobre bibliotecas escolares no Brasil”, “salas de leitura no Brasil” e “escolas que possuem sala de leitura”, sendo escolhidas dentre as

 Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

diversas existentes por possuírem conteúdos mais numéricos e contextualizados, passíveis de responderem à pergunta “seriam as salas de leitura e bibliotecas escolares alternativas de projetos e espaços que reúnem a comunidade educativa dentro da escola?”. As colocações que se seguem são apenas reflexões pautadas em dados reais expostos pela mídia, abrangendo informações das regiões sudeste, nordeste e centro-oeste, principalmente.

Tabela 1 - Dados sobre bibliotecas escolares e salas de leitura

VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	TÍTULO	DATA DE PUBLICAÇÃO	DADOS OBTIDOS
Site da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo	*Salas de Leitura proporcionam novas oportunidades de aprendizado na rede*	10/2017	Até 2017, cerca de 604 municípios, 3.143 escolas públicas e 2.3 milhões de alunos foram atendidos pelo Projeto Salas de Leitura, do Governo de São Paulo, além de que diversas tipologias documentais, como livros, folhetos, vídeos e CDs, por exemplo, foram disponibilizados aos alunos, seguindo-se de orientação para pesquisa e letramento informacional. O Ensino Fundamental II, Ensino Médio comum e EJA (Educação para Jovens e Adultos), dos três períodos escolares, foram contemplados com o projeto (SÃO PAULO, 2017).
Site da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo	*Ampliação do número de salas de leitura beneficia 2,5 milhões de alunos na rede*	04/2014	Segundo os dados de 2014, 3.028 escolas públicas utilizavam o Projeto Salas de Leitura, valor superior ao número de 504 escolas que utilizavam o projeto cinco anos antes. Ainda assim, nesta implementação há registros de que um professor capacitado supervisiona as atividades das salas de leitura, que ocorrem em um ambiente diferenciado, com mobiliário próprio e de conveniência entre os alunos das diversas séries escolares. Kits de livros, projetos de contação de história e pesquisa também foram citados, fazendo alusão a ideia de compartilhar o saber com a comunidade escolar (SÃO PAULO, 2014).

 Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

Jornal online Metrópoles	*Estudantes pedem extensão do horário da biblioteca de Santa Maria*	26/07/2022	No Distrito Federal, um grupo de estudantes pede que a biblioteca pública da cidade permaneça aberta até às 22h, para que aqueles que trabalham durante o horário comercial possam utilizar o espaço, que é mais procurado pela sua comodidade e acesso à internet do que para a leitura e empréstimo de livros. A segurança da vizinhança e a permanência de profissionais dentro da biblioteca são problemas que impossibilitam o fechamento do dispositivo após as 18h (Valente, 2022).
Website Diário de Pernambuco	*Projeto Aconchego da Leitura implanta mais uma sala de leitura em escola no município do Paulista*	17/11/2022	A iniciativa privada também toma a frente quando se trata da implementação de salas de leitura, como ocorreu na Escola Tancredo Neves, em Pernambuco. Empresas privadas, em parceria com a Secretaria de Educação Municipal visam democratizar o acesso ao livro, através de salas de leitura, em escolas que não possuem biblioteca. O projeto cita que cerca de 800 alunos e os professores são contemplados, não mencionando a comunidade escolar ou mediadores específicos (Projeto..., 2022).

 Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

Website Diário do Nordeste	*6 a cada 10 escolas públicas do CE descumprem lei federal e funcionam sem bibliotecas*	29/10/2022	A maior parte das escolas públicas do Ceará funcionam sem uma sala de leitura ou biblioteca escolar, contrariando a legislação estabelecida em 2010. O censo escolar realizado em 2021 reflete que das 5.824 escolas, apenas 2.040 possuem bibliotecas, alegando que a falta de estrutura e equipe adequada são os empecilhos que mais atrapalham na implementação dos espaços. Das escolas municipais, apenas 26% possuem bibliotecas, ou seja, 1.323 das 5.088 escolas existentes. Alguns alunos relatam que conseguem ter acesso aos livros apenas na biblioteca, porque não possuem condições de comprá-los, enquanto outros relatam que ver a biblioteca da escola em um estado deplorável desestimula a vontade de ler. Ainda segundo a reportagem, o número de profissionais bibliotecários é muito baixo: existem apenas 11 para uma rede de 289 bibliotecas, no caso da rede municipal. As bibliotecas da rede municipal são chamadas de bibliotecas escolares, enquanto as da rede estadual são chamadas de salas de leitura, justamente para afastar a necessidade de contratação de um bibliotecário. Alegam-se, ainda, de que a leitura e a sua democratização desta podem ser feitas em qualquer parte da escola, sem a necessidade de um espaço próprio (Falconery, 2022).
Site mais Goiás	*Prefeitura de Goiânia estuda transformar bibliotecas em salas de aula*	09/11/2022	A prefeitura de Goiânia visa transformar as salas de leitura/bibliotecas escolares em salas de aula comuns, pois os espaços não possuem projetos para cumprir com o seu ideal de democratizar o acesso à leitura. Uma parte da comunidade escolar defende essa prática, uma vez que cinco mil crianças poderão conseguir vagas para entrar na escola caso haja a desabilitação dos espaços apenas ocupados por estantes e livros. A outra ponta da comunidade escolar acredita que os espaços podem ser replanejados, e prezam pelo cumprimento da lei que exige a presença de bibliotecas escolares nas escolas brasileiras (Oliveira, 2022).

 Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

Revista Educação *(online)*	*Na rede pública, bibliotecas escolares não funcionam corretamente*	21/10/2022	Professores readaptados são os profissionais que mais ajudam na abertura e manutenção das bibliotecas escolares, quando essas estão abertas, haja vista que muitos espaços estão fechados com cadeados e são desestimulados pela falta de conhecimento por parte de diretores, coordenadores e outros membros da comunidade escolar interna. A presença de um bibliotecário, como prevê a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, em tais espaços ajudaria na idealização de um projeto adequado. Consta na reportagem também que a maior parte das salas de leitura que funcionam ficam abertas sem um projeto apenas para os alunos do período da manhã e tarde, excluindo alunos do noturno e EJA. Há ainda uma média interação destes espaços com a comunidade escolar, incluindo a participação de universidades (Moreira, 2022).

Fonte: Autoria própria (2023).

Considerando as explanações feitas acerca do papel das escolas públicas na sociedade, bem como a conceituação sobre a comunidade escolar, bibliotecas escolares e salas de leitura, nota-se que na atual realidade brasileira há pouca diferenciação entre estes dois últimos espaços, sendo o bibliotecário uma peça-chave para a diferenciação entre ambos, uma vez que perante a proposta de lei, toda biblioteca escolar deve ter a atuação de um bibliotecário (Brasil, 2020). Logo, instituir apenas salas de leituras nas escolas torna-se um ato de desconsideração do espaço da biblioteca – e do profissional bibliotecário, que muitas vezes não tem o seu trabalho valorizado pela comunidade escolar, que julga que apenas um canto com livros é o suficiente para fornecer conhecimento aos alunos.

Desse modo, deve haver o equilíbrio entre a biblioteca escolar e a sala de leitura, locais que devem contar com profissionais bibliotecários e professores mediadores de leitura capazes de dialogar com a comunidade e apresentar-lhes as suas contribuições para a geração de conhecimento.

Nota-se, igualmente, que os poucos dispositivos que funcionam não possuem estrutura, acervo e equipe adequados, mas que mesmo assim são

 Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

potenciais desenvolvedores de mudanças na comunidade por meio da leitura. As bibliotecas e salas de leitura como um todo formam sujeitos pensantes para além das exigências do mercado de trabalho, por meio da própria experiência dos alunos e comunidade, compactuando com os modelos de ensino previstos ainda na década de 1920, com o pensamento de Anísio Teixeira (Magoga; Muraro, 2020).

Ainda assim, as bibliotecas e salas de leitura estão muito próximas e atuam em conjunto com as salas de aula, confundindo-se, muitas vezes. Os horários de funcionamento dos dispositivos que lutam para se manter abertos são os mesmos que os horários de aula, implicando que os professores se organizem para utilizar os espaços. Caso contrário, os alunos não terão acesso a estes espaços. Observa-se também que outros segmentos da comunidade escolar e relacionados, como as universidades e empresas privadas, podem auxiliar na promoção dos espaços escolares de leitura, caso parcerias sejam feitas, chamando ainda mais atenção da comunidade escolar, que já participa ativamente das atividades da escola, mas pouco das bibliotecas.

Neste sentido, as salas de leitura e bibliotecas escolares podem ser alternativas de projetos e espaços que reúnem a comunidade educativa dentro da escola, assim como a educação nacional de um modo geral.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão problema, ou seja, a análise de como as escolas públicas brasileiras lidam com as bibliotecas e salas de leitura foi , mesmo que tomando como base textos sobre a temática, mas não efetivamente a visita aos campos escolares, à medida que foi possível verificar que o corpo escolar (diretoria, professores, alunos e funcionários) reconhece a importância desses espaços, principalmente para incentivar a interação entre os alunos e a leitura de modo geral.

Explicita-se que há muito a ser feito pela melhoria da educação brasileira, iniciando-se pela mudança de pensamento e percepção sobre tais dispositivos, levando em consideração a melhora na qualidade de vida intelectual de todos que se envolvem com a escola. Da mesma maneira, com base na análise dos dados disponibilizados pelas revistas, sites e jornais, torna-se claro que as comunidades escolares das regiões sudeste, nordeste e centro-oeste que se relacionam com a

 Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

escola pública possuem muitas dificuldades, seja no âmbito educacional, social, econômico ou cultural, necessitando de bases sólidas que supram essa deficiência.

Evidencia-se que as bibliotecas escolares se configuram como espaços capazes de gerar conhecimento e recebem incentivos – ao menos na teoria – da própria lei brasileira, assim como não podem ser arquitetadas em quaisquer espaços e necessitam da presença de um bibliotecário (BRASIL, 2020).

A composição física de uma biblioteca, isto é, o seu espaço físico, acervo, móveis e a arquitetura como um todo, interferem, mesmo que subjetivamente, na vontade de ler, como relatam alguns dados obtidos expostos na Tabela 1. Não tão distante, as salas de leitura tornam-se alternativas básicas que veiculam a leitura nas escolas, mas não contam com um bibliotecário e podem ser montadas e desmontadas em qualquer espaço, inclusive em antigas salas de aula.

Logo, o uso dos espaços transforma a compreensão sobre ele. O uso das bibliotecas escolares e salas de leitura pela comunidade escolar influencia diretamente na maneira como esses dispositivos são tratados e se desenvolvem, conquistando o seu reconhecimento e auxiliando no incentivo ao estudo, gosto pela leitura e busca pelo conhecimento, evidenciando ainda mais que a utilização é capaz de promover mudanças significativas na vida dos sujeitos. Por isso, pedidos para que haja mudanças no horário de funcionamento, interferência de empresas do setor privado para propor melhorias, são comuns de serem visualizadas nos dados coletados pela mídia brasileira acerca deste assunto.

Por fim, a comunidade escolar deve apropriar-se mais dos espaços de leitura que são de seu direito, assim como deve se informar e exigir melhorias contínuas, para entender o verdadeiro valor destes locais.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. G.; VARELA, T. Construir a relação escola-comunidade educativa: uma abordagem exploratória no concelho de Almada. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 25, n. 2, p. 35-61, 2012. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/374/37425876003.pdf. Acesso em: 11 nov. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei n° 226, de 2020**. Altera a Lei n° 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, para prever a assistência de bibliotecários às

 Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

bibliotecas escolares. Brasília: Senado Federal, 2020. Disponível em: PL 226/2020 - Senado Federal. Acesso em: 12 nov. 2022.

CAMPELLO, B., *et al.* **A biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. Autêntica, 2017.

CARVALHO, M. da C. Escola, biblioteca e leitura. *In*: CAMPELLO, Bernadete, et al. **A biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. Autêntica, 2017.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Ideologia e educação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 245-257, jan./mar. 2016. Conferência realizada na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 23 nov. 1979. Versão revista do texto originalmente publicado em: Educação & Sociedade, Campinas, ano II, n. 5, p. 24-40, jan. 1980.

CORREIA, F.; COSME, A. Contributos para a compreensão do conceito de comunidade e escola comunidade educativa. *In*: **Livro de atas do XI congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação**, vol. 4, 2011. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/64919/2/87384.pdf. Acesso em: 11 nov. 2022.

BENTO, D. A. M. S. **Era da comunidade educativa**: ter voz na escola. Instituto de Inovação Educacional, Lisboa, n. 13, p. 135-152, 2000.

BRANCO, M. L. F. R. *et al.* **A escola**: comunidade educativa e a formação de novos cidadãos. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

DE PIETRI, É.; DE SANTANA, L. de C. A formação de leitores em Salas de Leitura: diretrizes oficiais, saberes docentes e contextos sociais. **Leitura: Teoria&Prática**, v. 38, n. 80, p. 13-27, 2020. Disponível em: https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/861. Acesso em: 11 nov. 2022.

FALCONERY, L. **6 a cada 10 escolas públicas do CE descumprem lei federal e funcional sem bibliotecas**. Diário do Nordeste, 2022. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/6-a-cada-10-escolas-publicas-do-ce-descumprem-lei-federal-e-funcionam-sem-bibliotecas-1.3294450. Acesso em: 23 nov. 2022.

FEITOSA, Márcia Soares de Araújo. **O ambiente e as interações na sala de leitura em escolas públicas de São Paulo: histórico, limitações e perspectivas para a constituição de leitores neste início de século XXI**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.11606/T.48.2020.tde-05122019-154118. Acesso em: 15 out. 2022.

FORMOSINHO, João. **A autonomia das escolas em Portugal**. *In*: CONFERÊNCIA AS ESCOLAS FACE A NOVOS DESAFIOS, 2007, Lisboa. Atas... Lisboa: Inspeção-Geral da Educação, 2007.

 Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. *et al.* **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. [S.l.]: [s.n.], v. 6, n. 16, 186 p., out. 1945.

MAGOGA, P. M.; MURARO, D. N. A Escola Pública e a Sociedade Democrática: A contribuição de Anísio Teixeira. **Educação & Sociedade**, v. 41, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/rcQJJyJVLm8p5g38JsKJ9Yf/?lang=pt#. Acesso em: 05 nov. 2022.

MIRANDA, C. C. de; BRAGA, D. S.; CAVALCANTI, A. P. C. Bibliotecas escolares e salas de leitura importam para o aprendizado dos estudantes? **Educação e Pesquisa**, v. 48, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/pbJhZ9HWvZbkqW68HQySjkb/?format=html&lang=pt#. Acesso em: 11 nov. 2022.

MOREIRA, S. S. Na rede pública, bibliotecas escolares não funcionam corretamente. **Revista de Educação**, 2022. Disponível em: https://revistaeducacao.com.br/2022/10/21/bibliotecas-escolares-nao-funcionam-corretamente/. Acesso em: 23 nov. 2022.

OLIVEIRA, G. **Prefeitura de Goiânia estuda transformar bibliotecas em salas de aula**. Mais Goiás, 2022. Disponível em: https://www.maisgoias.com.br/prefeitura-estuda-transformar-bibliotecas-em-salas-de-aula/. Acesso em: 23 nov. 2022.

PEREIRA, L. A.; FELIPE, D. A.; FRANÇA, F. F. Origem da escola pública brasileira: a formação do novo homem. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 12, n. 45e, p. 239–252, 2012. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640120. Acesso em: 6 nov. 2022.

PERROTTI, E.; VERDINI, A. de S. Estações do conhecimento: espaços e saberes informacionais. **Sentidos da biblioteca escolar**. São Carlos: Alphabeto, p. 13-40, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2244150/mod_resource/content/1/PERROTTI%20e%20VERDINI_Esta%C3%A7%C3%B5es%20do%20Conhecimento_%20espa%C3%A7os%20e%20saberes%20informacionais.pdf. Acesso em: 11 nov. 2022.

PROJETO Aconchego da Leitura implanta mais uma sala de leitura em escola em município do Paulista. Diário de Pernambuco. 2022. Disponível em: https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2022/11/projeto-aconchego-da-leitura-implanta-mais-uma-sala-de-leitura-em-esco.html. Acesso em: 23 nov. 2022.

RODRIGUES, G. M. As revoluções industriais e seu impacto na educação. **ABMES Blog**. 2019. Disponível em: https://abmes.org.br/blog/detalhe/15720/as-revolucoes-industriais-e-seu-impacto-na-educacao. Acesso em: 05 nov. 2022.

 Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Governo do Estado de São Paulo. **Ampliação do número de salas de leitura beneficia 2,5 milhões de alunos na rede**. 2014. Disponível em: https://www.educacao.sp.gov.br/ampliacao-das-salas-de-leitura-na-rede-beneficia-2-5-milhoes-de-alunos-no-estado/. Acesso em: 22 nov. 2022.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Governo do Estado de São Paulo. **Salas de Leitura proporcionam novas oportunidades de aprendizado na rede**. 2017. Disponível em: https://www.educacao.sp.gov.br/sala-leitura. Acesso em: 22 nov. 2022.

VALENTE, R. **Estudantes pedem extensão do horário da biblioteca de Santa Maria**. Metrópoles. 2022. Disponível em: https://www.metropoles.com/distrito-federal/estudantes-pedem-extensao-do-horario-da-biblioteca-de-santa-maria. Acesso em: 23 nov. 2022.

VARELA, Maria Teresa Bettencourt de Almeida Alves. **"Escola (con)vida"**: um estudo sobre a construção da comunidade educativa. 2012. 208 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/7966/1/Varela_2012.pdf. Acesso em: 11 nov. 2022.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Giovana Deliberali Maimone
Universidade de São Paulo
Minicurriculo: Doutora em Ciência da Informação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC- Campinas).Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4150-8084
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8933485589661265
Email: gdmaimone@usp.br

Nicole Bonassi de Oliveira
Universidade de São Paulo
Minicurriculo: Graduanda em Biblioteconomia da Universidade de São Paulo (USP).
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3325285482852980
Email: nicolebonassi@usp.br

Francisco Carlos Paletta
Universidade de São Paulo
Minicurriculo: Doutor em Tecnologia Nuclear pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Carlos III de Madrid. Pós-doutorado em Ciência da Informação pela Universidade do Porto. Pós-doutorado

 Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

pelo Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares. Mestre em Engenharia de Produção. Mestre em Sciences Humaines et Sociales, mention Information et Communication, spécialité Gestion de L Information et de la Connaissance Documenta, Université Paul-Valéry Montpellier III - França. MBA em Data Science e Analytics. MBA em Marketing. Pós-Graduação em Engenharia de Materiais, Pós-Graduação em Estratégia e Geopolítica. Master Domótica y Hogar Digital pela Universidad Politécnica de Madrid - Espanha
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4112-5198
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2141243303464173
Email: fpaletta@usp.br

FINANCIAMENTO
Se houver
CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM
Se houver
APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
Se houver
LICENÇA DE USO
CC BY-NC-ND.
ENTIDADE EDITORA
Associação Catarinense de Bibliotecários.

HISTÓRICO
Recebido em: 06-01-2024 - Aprovado em: 19-02-2025

 Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.